

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2008
(Do Sr. Roberto Santiago)

Requer seja solicitada ao Senhor Ministro da Controladoria Geral da União informações sobre o controle dos contratos efetivados com a empresa terceirizada, Montana Soluções Corporativas Ltda no âmbito do poder executivo federal.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 226, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e na forma dos arts. 115 e 116 deste Estatuto requeiro a Vossa Excelência, ouvida a Mesa, seja solicitada ao Senhor Ministro da Controladoria Geral da União, as informações relativas aos contratos de prestação de serviços terceirizados, com a empresa Montana Soluções Corporativas Ltda, especificando o que segue:

- Quantos funcionários estão abrangidos nos contratos efetivados com o Poder Executivo Federal, no âmbito da administração direta e indireta;
- Se existe controle no cumprimento contratual referente aos pagamentos dos trabalhadores terceirizados contratados para prestarem serviços no âmbito do Poder Executivo Federal, na administração direta e indireta, da empresa Montana Soluções Corporativas Ltda;
- Se os recolhimentos do FGTS, Previdência e Imposto de Renda retido na fonte, estão sendo efetuados em dia pela empresa terceirizada Montana Soluções Corporativas Ltda, com a devida fiscalização da Controladoria Geral da União;

- Qual a data de início e término dos contratos com a empresa Montana Soluções Corporativas Ltda na administração pública federal direta e indireta.

JUSTIFICAÇÃO

Este gabinete parlamentar recebeu denúncias de que a empresa Montana Soluções Corporativas Ltda, no âmbito do Ministério da Saúde, não está honrando o pagamento dos salários, ticket alimentação, vale transporte, recolhimento do FGTS, Previdência Social e Receita Federal, referente aos contratados para prestarem serviços no âmbito dos contratos efetivados com a administração pública federal direta e indireta, principalmente no Ministério da Saúde. Urge sabermos se os contratantes exercem de fato o controle sobre o pagamento e a prestação de serviços de sua contratada.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Deputado Roberto Santiago